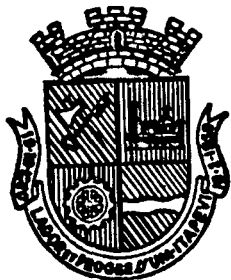


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 039/95

PROJETO N.º 035/95

de Lei

INTERESSADO

Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

"Autoriza o Poder Executivo a proceder, no
orçamento vigente, a abertura de Crédito
Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68
para realização de despesa de capital aquisi
ção de imóveis, conforme Decreto Municipal
nº 2.838/95".

Lei 1270/95

DIGITALIZADO
POR 



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 022/95

Itapevi, 07 de julho de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68, para realização de despesa de capital - aquisição de imóveis, conforme Decreto Municipal nº 2.838/95.

Trata a propositura da complementação do valor determinado nos autos do processo judicial nº 177/95 - desapropriação, em trâmite perante a Vara Distrital de Itapevi, para imissão provisória de posse nos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 2.838, de 01 de março de 1995.

O procedimento visa a aquisição, pelo Município, da área necessária à edificação de moradias populares, a serem destinadas às famílias desabrigadas em decorrência da calamidade pública verificada recentemente no Município (Decreto nº 2.832, de 06 de fevereiro de 1995).

Em 03 de março do corrente ano, o Município, objetivando imissão provisória na posse dos imóveis mencionados, realizou depósito judicial no valor de R\$ 59.852,84 (equivalente à somatória dos valores venais atribuídos aos imóveis objetos da desapropriação), conforme crédito extraordinário aberto pelo Decreto Municipal que estabeleceu o estado de calamidade pública e de acordo com a especificação de valor determinada pelo Decreto nº 2.839/95, que definiu em R\$ 60.000,00 as despesas de capital decorrentes da calamidade.

Ocorre que, para viabilizar a imissão provisória na posse dos imóveis, o MM. Juiz de Direito determinou a realização de perícia preliminar, que resultou no montante de R\$ 94.079,52, ou seja, considerando-se o valor já depositado, diferença a maior de R\$ 34.226,68 (doc. anexo).

O valor final a ser pago pelo Município será estabelecido tão somente no decorrer da instrução do processo respectivo, ou seja, o valor definido tem por finalidade, tão somente, permitir a imissão provisória na posse dos imóveis.

Ocorre que o orçamento em vigor no Município não estabeleceu despesas da espécie, mesmo porque não seria possível prever a ocorrência de calamidade pública em tempo determinado. Tal fato, inclusive, motivou a abertura do crédito extraordinário supra referido.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Hoje, todavia, transcorridos alguns meses da ocorrência verificada no Município, optou este Executivo por não providenciar a abertura de novo crédito extraordinário, mas sim submeter à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis a necessidade verificada, e isto porque o recurso financeiro prometido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para edificação das residências, que ensejou a abertura do crédito extraordinário que, "a priori", permitiria a imissão na posse dos imóveis, não foi encaminhado na época esperada, ou seja, logo após a calamidade.

Tem-se, no entanto, que o recurso mencionado ainda é esperado pelo Município, visto que, devidamente aprovado, aguarda tão somente liberação do Governo Federal. Assim sendo, a imissão na posse dos imóveis continua sendo medida de urgência - ainda que hoje não mais motivadora de abertura de crédito extraordinário -, já que se apresenta condição essencial para o repasse da verba.

Cumpre esclarecer, ainda, que este Executivo, por intermédio das medidas legais já adotadas, está providenciando a estrutura necessária ao empreendimento. A conclusão deste, todavia, dependerá do efetivo repasse, pelo Governo Federal, da verba necessária, visto ser inviável, para a Fazenda Pública Municipal, sob pena de prejuízo em serviços e obras outros também de extrema necessidade, arcar, também, com os custos relativos às edificações.

Fica claro, portanto, que embora seja dever do Poder Público Municipal providenciar a estrutura referida, não existe, no momento, especificação de prazo para remessa de valor pelo Governo Federal, que pode ocorrer tanto no presente mês quanto em maior prazo.

Necessário recordar, porém, que várias famílias estão ainda abrigadas no Ginásio de Esportes. Objetivando amenizar o sofrimento que lhes foi impingido, enquanto não regularizada definitivamente a situação - o que somente ocorrerá com a conclusão do planejamento acima descrito -, este Executivo pretende providenciar - mediante competente autorização dessa Colenda Câmara, a qual será submetido Projeto de Lei específico -, em área diversa, a construção de residências populares (aproximadamente 20 casas), que lhes serão destinadas, mediante concessão de uso por prazo indeterminado.

Assim, até que se processe o empreendimento, as famílias ocuparão, de forma provisória, residências de propriedade do Município. Possibilitada a transferência para a residência definitiva, o Município manterá as residências provisórias sob sua responsabilidade, buscando evitar que, no futuro, outros munícipes, sobretudo crianças, sejam submetidos às mesmas condições de atendimento em razão de ocorrências inesperadas.

O Município não tem condições financeiras para edificar 150 residências (montante do projeto inicial para o qual foi destinada a área objeto da declaração de utilidade pública). Possui, todavia, condições financeiras suficientes para arcar com a construção de aproximadamente 20 residências, desde que o faça em área de sua propriedade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

A edificação dessas residências não poderá ocorrer, todavia, na área reservada para o projeto inicial, de maior porte, inclusive por apresentarem os projetos características diversas de ocupação, ou seja, as residências edificadas pelo Município serão mantidas como propriedade do Poder Público Municipal, sendo destinadas sempre ao uso provisório, enquanto que o projeto em tela prevê uso definitivo.

Em razão de todo o exposto, solicito seja a apreciação realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa concedida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS
17 / 07 / 95
Ridina Cristiane Cames
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.832, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995

(Declara estado de calamidade pública no Município de Itapevi e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO:

Que a intempérie verificada na presente data ocasionou alagamentos, enchentes e desmoronamentos em várias regiões do Município, deixando ao desabrigo centenas de munícipes,

Que os habitantes atingidos pela ocorrência são, em sua maioria, pessoas de baixo poder aquisitivo que, até o ano de 1992, fixaram residência em áreas de alto risco como encostas e beiras de rios,

Que as pessoas desabrigadas estão desprovidas dos poucos bens materiais, vestuários e alimentos que tinham como propriedade, e se encontram recolhidas em Escolas Públicas, locais precários para a finalidade,

Que a situação existente coloca em risco a vida e a saúde de todos os habitantes do Município, ainda que não diretamente atingidos, em face da probabilidade do surgimento de doenças epidemiológicas,

Que o Poder Público deve assegurar, nos termos do disposto no artigo 3º da Lei Orgânica, a assistência aos desamparados,

Que não existe possibilidade de resolver o grave problema existente - claramente ocasionado pela impossibilidade de evasão das águas que se acumulam nos afluentes do Rio Barueri Mirim por ausência do necessário desassoreamento, e, concomitantemente, pela falta de moradias, que obriga a população de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

baixa renda a erigir suas casas em locais de risco - sem urgente colaboração dos Governos Federal e Estadual, visto que o Município não possui condições financeiras próprias para arcar com tais obras, de elevado custo,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estado de calamidade pública no Município de Itapevi.

Parágrafo único A presente declaração perdurará enquanto permanecer iminente o risco à vida e à saúde dos habitantes, período em que todas as ações do Governo Municipal deverão estar voltadas para o atendimento de emergência da população, bem como para a prevenção do surgimento de doenças epidemiológicas e reparo imediato das vias de acesso.

Art. 2º Fica aberto, na Contabilidade Municipal, conforme autoriza o disposto no artigo 44 c.c. inciso III do artigo 41, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito extraordinário no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a cobertura de despesas correntes e de capital necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 06 de fevereiro de 1995

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Publicado, por afixação, no lugar de costume e registrado em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 06 de fevereiro de 1995.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

D.O.E. - 19/02/95

DECRETO Nº 39.966, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995

Homologa Decreto do Prefeito Municipal de Itapevi que decretou Estado de Calamidade Pública

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do artigo 12, do Decreto Federal nº 895 de 16 de agosto de 1993,

Decreta:

Artigo 1º - Fica homologada a declaração de "Estado de Calamidade Pública", no Município de Itapevi, objeto do Decreto Municipal nº 2.832, de 6 de fevereiro de 1995.

Artigo 2º - Os órgãos estaduais providenciarão, dentro de suas respectivas atribuições, o retorno do atendimento das necessidades básicas da população, naquele Município.

contabil e administrativo, necessárias à incorporação patrimonial.
Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

2 — D.O.E.; Seq. I, São Paulo, 105 (34), sexta-feira,

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de fevereiro de 1995.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de fevereiro de 1995

MÁRIO COVAS

Robson Marinho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 16 de fevereiro de 1995.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.838, DE 01 DE MARÇO DE 1995

(Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os lotes 01 a 36 da Quadra 18, 01 a 34 da Quadra 19, 01 a 34 da Quadra 20, 01 a 32 da Quadra 21, 01 a 34 da Quadra 22 e 01 a 19 da Quadra 23, todos do Setor "A" do Conjunto Habitacional Itapevi, objetivando edificação de moradias populares destinadas às famílias desabrigadas em decorrência de calamidade pública)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando:

Que as fortes chuvas recentemente ocorridas no Município deixaram ao desabrigo dezenas de famílias;

Que as pessoas desabrigadas residiam em áreas de alto risco - encostas, beira de rios e terrenos alagadiços - em razão de total ausência de recursos financeiros para adquirir ou locar imóveis;

Que as famílias em desabrigo, desprovidas, em maioria, também dos poucos bens móveis e de uso pessoal que tinham como propriedade, foram alojadas no Ginásio de Esportes do Município ou em casa de parentes/amigos, sendo inviável o retorno às áreas antes ocupadas, por iminente perigo de vida;

Que a persistir a situação verificada, veremos, indubitavelmente, infringido princípio constitucional: a dignidade da pessoa humana;

Que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária é dever primordial do Poder Público, do qual não se omitirá o Governo Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, objetivando, nos termos do disposto no inciso "c" do artigo 5º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, edificação de moradias populares destinadas às famílias desabrigadas em decorrência de calamidade pública, os lotes 01 a 36 da Quadra 18, 01 a 34 da Quadra 19, 01 a 34 da Quadra 20, 01 a 32 da Quadra 21, 01 a 34 da Quadra 22 e 01 a 19 da Quadra 23, cada qual com 130,00 metros quadrados, todos do Setor "A" do Conjunto Habitacional de Itapevi, de propriedade da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único Os lotes mencionados estão detalhadamente caracterizados em Levantamento Planimétrico e respectivos Memoriais Descritivos, anexos que integram este Decreto.

Art. 2º Fica autorizada, no cumprimento do disposto no artigo 1º, a invocação de caráter de urgência, de acordo com o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 01 de março de 1995


JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Publicado, por afixação, no lugar de costume e registrado em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 01 de março de 1995.


JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.839, DE 01 DE MARÇO DE 1995

(Define valores das despesas correntes e de capital a serem cobertas pelo crédito extraordinário aberto por força do Decreto Municipal nº 2.832, de 06 de fevereiro de 1995, que declarou estado de calamidade pública no Município de Itapevi)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º Os valores das despesas correntes e de capital a serem cobertas pelo crédito extraordinário a que se refere o artigo 2º do Decreto Municipal nº 2.832, de 06 de fevereiro de 1995, ficam definidos na seguinte conformidade:

12.01-15814862.023-3132
12.01-15814862.023-4210

R\$ 240.000,00
R\$ 60.000,00

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 01 de março de 1995

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

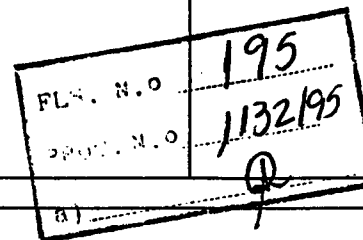
Publicado, por afixação, no lugar de costume e registrado em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 01 de março de 1995.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL
DE
ITAPEVI

DIVISÃO DE: CONTABILIDADE



NOTA
DE
EMPENHO

FORNECEDOR		CÓDIGO DE PROCESSAMENTO	
COMPANHIA METROPOLIT.DE HABITACAO DE SP COHAB		01381	
ESPECIFICAÇÃO	DATA	Nº PROCESSO	NOTA EMPENHO
PAGTO DESAPR.DOS LTS.01 A 36, Q.18,01A34 Q.19,01A34 Q.20,1A32Q21,1A34Q.22,1A19Q23	01/03/95	01132	01121
CLASSIFICAÇÃO			
INSTITUCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO	
ÓRGÃO _____ 12 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA _____ 01 UNIDADE DE DESPESA _____ 00	4.2.1.0.00	15 81 486 2 023	
DOTAÇÃO _____ : SALDO ANTERIOR _____ : 60.000,00 ESTA NOTA _____ : 60.000,00 SALDO DA DOTAÇÃO _____ : 59.852,84 147,16			
EMITENTE:		2a.VIA	
ORDENADOR DA DESPESA:			

FLS. N.º 200
PROC. N.º 103/95
e) *[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Comarca: **Cotia**
Vara: **Distrital de Itapevi**
Ofício: **Cível**
Forum Regional:

Conta Nº	Guia de recolhimento Nº	Processo Nº	Ano	Vara Nº	Espécie	Forum Reg.
Agência	Número	DV	2815865			
Valor do depósito			Data do depósito			Tipo
R\$ 59.852,84			03/03/95			<input checked="" type="checkbox"/> 1 - Inicial <input type="checkbox"/> 2 - Em continuação

Depósito em nome de		CPF/CGC		Taxa do depósito		% a.a.
CIA.METROPOL.HABIT.SP - COHAB				Pessoa - F/J 1-Física 2-Jurídica		
Nome do autor		CPF/CGC		F/J		
PREF.MUN.ITAPEVI				F/J		
Nome do réu		CPF/CGC		F/J		
CIA.METROPOL.HABIT.SP - COHAB				F/J		

Recolhe-se no Banco do Estado de São Paulo, S.A. - Agência **Itapevi**
os Autos de **Ação de Desapropriação**
juízo acima mencionado, nos termos dos provimentos do Conselho Superior da Magistratura referentes à matéria, nas condições constantes abaixo
referente
à disposição do

Cheque Nº	Banco	Telefone	Nome e identidade do depositante
		426-3555	Sergio Bossan - OAB/SP-89.603

1 - As contas serão remuneradas com correção monetária e juros.
2 - Os saldos serão corrigidos de acordo com os provimentos emanados da Corregedoria Geral da Justiça.
3 - Os juros serão capitalizados e pagos somente ao levantamento, sobre os saldos corrigidos. Sobre esses juros incidirão imposto de Renda que serão descontados na Fonte, conforme determina a legislação vigente.

Para uso do Banco	Agência recebedora	Autenticação mecânica
	0348030393409	59.852.84R09620.2

1/Banco (branco) 1A/Banco Processamento (branco) 2/Cópias Processo (rosa) 3/Opostantes (amarelo) 4/Depositante (azul) 5/Cartório/Contabilidade (verde) MB 17817-9 CGC 81.411.833 Versão 10 (8/88)

LAUDO DE AVALIAÇÃO
ESCLARECIMENTOS

FLS. N.º 250
PROC. N.º 1132/95
Zuf

PROCESSO N. 177/95-DESAPROPRIAÇÃO

REQUERENTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

REQUERIDO - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

Eng. Benedito Corrêa Vieira - CREA N. 060.140.16.92 - fone (011) 573.1869-SP

B

259

FLS. N.º	251
PROC. N.º	1132/95
	WFS

1- Considerações Preliminares :

A cerca do laudo técnico apresentado pelo ilustre colega Eng. Carlos Isaac Pires, formulado pela requerente (fls. 265 a 285) foram considerados os seguintes aspectos :

- foi ratificada a pesquisa de elementos comparativos com uma divergência de cerca de 4%, sendo que tomaremos por base aquela do laudo oficial.

- foi levantada a hipótese de que tais elementos comparativos sendo loteamentos já consolidados, possuindo portanto infra-estrutura maior do que o loteamento avaliado. Tal crítica procede no momento em que, foram feitos os preparativos para a instalação de um conjunto residencial e em seguida, abandonados, causando inclusive danos no que já havia sido feito.

Ressaltamos que aceitamos os valores levantados que poderão ser , ou não confirmados quando do laudo definitivo.

2 - Avaliação :

Concordamos com os custos de urbanização apresentados :

serviços de topografia	R\$ 300,49
terraplanagem média	R\$ 858,44
drenagem de águas pluviais - guias e sarjetas	R\$ 1.040,76
rede de esgoto convencional	R\$ 1.680,20
rede de água potável	R\$ 1.171,07
total.....	R\$ 5.059,96

Área do loteamento = 24.570,00 m²

custo total da urbanização = C_u = R\$ 124.102,08 - consideraremos estes índices para abril/95.

valor dos terrenos encontrado no laudo de avaliação prévio = V R\$ 218.181,60 (fl.246)

então teremos o valor do loteamento resultando de :

V_{lot.} = V · C_u = R\$ 94.079,52 para abril /95

Eng. Benedito Corrêa Vieira - CREA N. 060.140.16.92 - fone (011)573.1869-SP

LAUDO DO PERITO DO JUÍZO : R\$ 218.181,60

VALOR DA INFRA ESTRUTURA : R\$ 124.102,08 (-)

R\$ 94.079,52

R\$ 59.852,84 (-)

DETERMINAÇÃO :

9411

FLS. N.º	252
PROC. N.º	1132/95
a)	WFS


3- Conclusão :

O valor de mercado do loteamento em estudo é de R\$ 94.079,52 para abril de 1995.

4- Encerramento :

Consta o presente laudo de esclarecimentos de três folhas impressas no anverso todas devidamente rubricadas, sendo esta última datada e assinada.

Itapevi, 14 de junho de 1995.


BENEDITO CORRÊA VIEIRA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. N.º	256
PROC. N.º	1132/31

A sr.^a

Sr.^a Alice

Secretária de Apoio Administrativo

Solicito providenciar abertura de crédito
especial no valor de R\$ 34.226,68, por
excesso de arrecadação.

Ismael Antonio Centarelli $\frac{30}{06/95}$

Ismael Antonio Centarelli
Secretário de Finanças



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 035/95

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68, para realização de despesa de capital - aquisição de imóveis, conforme Decreto Municipal nº 2.838/95)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), destinado a complementação de valor determinado para imissão provisória de posse nos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 2.838, de 01 de março de 1995, conforme processo judicial nº 177/95 - desapropriação - em trâmite na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, conforme dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 13 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 07 de julho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de
Lei nº 035/95 - do Executivo

Senhor Presidente:-

O Projeto em epígrafe autoriza o /
Executivo a abrir Crédito Adicional Especial de R\$ 34.226,68
(trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e sessen-
ta e oito centavos) destinado a despesas de capital..

Quanto ao aspecto legal, o Projeto/
está amparado na legislação vigente, especialmente nos dis-
positivos da Lei Federal 4320/64.

Quanto ao mérito, também nada temos
em contrário, visto que a propositura tem um elevado alcance
social.

Pelo exposto, concedemos o nosso pa-
recer favorável, conclamando os nobres companheiros que /
votem pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira /

Nery, 19 de julho de 1.995

Comissão nº 01

Comissão nº 02



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO


VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE


NORMA LUCIA R. DE SOUZA


ANTONIO DE SOUZA FARIAS


BENEDITO VAL FERREIRA


LAERTE CASAGRANDE


MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA


VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

FIB D O	18
Proo. A.C.	4530/95
a)	

AUTÓGRAFO Nº 033/95

(Projeto de Lei nº 035/95 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68, para realização de despesa de capital - aquisição de imóveis, conforme Decreto Municipal nº 2.838/95)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), destinado a complementação de valor determinado para imissão provisória de posse nos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 2.838, de 01 de março de 1995, conforme processo judicial nº 177/95 - desapropriação - em trâmite na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, conforme dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 13 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,

20 de julho de 1.995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário
- em exercício -



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Fio D O	19
Proo. a. C.	4580/95
a)	

AUTÓGRAFO Nº 033/95

(Projeto de Lei nº 035/95 - DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68, para realização de despesa de capital - aquisição de imóveis, conforme Decreto Municipal nº 2.838/95)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), destinado a complementação de valor determinado para imissão provisória de posse nos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 2.838, de 01 de março de 1995, conforme processo judicial nº 177/95 - desapropriação - em trâmite na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.


Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, conforme dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 13 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi.

20 de julho de 1.995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário
- em exercício -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.270, DE 24 DE JULHO DE 1995

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68, para realização de despesa de capital - aquisição de imóveis, conforme Decreto Municipal nº 2.838/95)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 34.226,68 (trinta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), destinado a complementação de valor determinado para imissão provisória de posse nos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 2.838, de 01 de março de 1995, conforme processo judicial nº 177/95 - desapropriação - em trâmite na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, conforme dispõe o artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 13 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 24 de julho de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 24 de julho de 1995.

ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo